

1 – Objetivo

1.1. A presente Política de Exercício de Direito de Voto (“Política”) tem como objetivo estabelecer os princípios gerais, o processo decisório e a forma de exercício do direito de voto em assembleias pela BBM GESTÃO DE RECURSOS LTDA. (“BBM GESTÃO”), na qualidade de gestora de fundos de investimentos e de fundos de investimento em cotas.

2 – Abrangência

2.1. A Política é aplicável a todos os fundos de investimento e fundos de investimento em cotas geridos pela BBM GESTÃO, com exceção dos fundos de investimento e fundos de investimento em cotas exclusivos ou restritos (conforme classificação da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos – ANBID), que estejam excepcionados expressamente por seus regulamentos (“Fundos de Investimento”).

2.2. A Política será exercida com relação a todos os ativos detidos pelos Fundos de Investimento que contemplem o direito de voto em assembleias, com exceção dos ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil e certificados de depósito de valores mobiliários – BDRs.

3 – Princípios

3.1. A Política será exercida pela BBM GESTÃO obedecendo os seguintes princípios:

- a) Desempenho da Política com o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar à administração de seus próprios negócios;
- b) Busca das melhores condições (inclusive na relação entre custo e benefício) para os Fundos de Investimento e seus cotistas;
- c) Atuação com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e dos Fundos de Investimento, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária mantida entre eles e a BBM GESTÃO;
- d) Emprego, na defesa dos direitos dos cotistas, da diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis;

- a) Utilização do direito de voto como forma de influenciar positivamente a administração e gestão das empresas e dos fundos de investimento objeto de investimentos pelos Fundos de Investimento (“Fundos Investidos”);
- b) Transparência, consistência e clareza nas decisões.

4 – Processo Decisório

4.1. O processo decisório acerca do voto a ser proferido em assembléias será realizado pela equipe de gestão da BBM GESTÃO (“Equipe de Gestão”), podendo ser envolvidas, quando necessário, outras áreas no referido processo.

4.2. A Equipe de Gestão realizará a análise das matérias sobre as quais haja a possibilidade de exercício do direito de voto considerando os seguintes aspectos:

- a) Relevância da matéria a ser votada;
- b) Existência de potencial conflito de interesses;
- c) Suficiência do material disponibilizado pela empresa ou pelo Fundo de Investido, conforme o caso;
- d) Relação entre os custos e os benefícios decorrentes do exercício do direito de voto (“Relação Custo x Benefício”), que considerará os seguintes aspectos: (i) custos a serem incorridos para o exercício do direito de voto; (ii) participação dos Fundos de Investimento na empresa ou no Fundo Investido, conforme o caso, e capacidade de influir no resultado da votação; (iii) possíveis impactos da votação à empresa ou ao Fundo Investido, conforme ao caso, e (iv) possíveis impactos da votação à rentabilidade dos Fundos Investimentos;
- e) Análise dos reflexos da votação nos demais ativos das carteiras dos Fundos de Investimento.

4.3. Após a análise dos aspectos acima mencionados, bem como de outros que possam ser necessários, a Equipe de Gestão deverá emitir entendimento acerca do exercício ou não do direito de voto, bem como do seu teor.

4.4. O entendimento da Equipe de Gestão deverá ser formalizado e informado à área de controles da BBM GESTÃO, que ficará responsável por manter registro da orientação de voto da Equipe de Gestão, controlar a execução da Política e prestar as informações previstas na legislação em vigor. A formalização do entendimento da Equipe de Gestão poderá se dar por correspondência eletrônica ou comunicado interno escrito.

5 - Matérias Obrigatórias

5.1. São consideradas matérias relevantes obrigatórias (“Matérias Obrigatórias”), para fins desta Política:

I. no caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

a) eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselho de Administração, se aplicável;

b) aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembléia);

c) aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da BBM GESTÃO, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelos Fundos de Investimento; e

d) demais matérias que impliquem tratamento diferenciado;

II. no caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista: alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação;

III. no caso de cotas de Fundos de Investimento:

a) alterações na política de investimento que alterem a classe CVM ou o tipo ANBID do fundo de investimento;

b) mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;

c) aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;

d) alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;

e) fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;

f) liquidação do fundo de investimento; e

g) assembleia de cotistas, no caso de fechamento do fundo de investimento para resgates, decorrente de casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira, para deliberar sobre as seguintes possibilidades: substituição do administrador, do gestor ou de ambos; reabertura ou manutenção do fechamento do fundo de investimento para resgate; possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários; cisão e liquidação do fundo.

5.2. Não obstante o disposto no item 4 acima, o exercício do direito de voto será obrigatório em relação às Matérias Obrigatórias, salvo nos casos abaixo ("Exceções"), em que o exercício da Política de Voto ficará a critério exclusivo da BBM GESTÃO, se:

- I. a assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- II. o custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no Fundo de Investimento;
- III. a participação total dos Fundos de Investimento, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum Fundo de Investimento possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão;
- IV. existir situação de conflito de interesse;
- V. as informações disponibilizadas pela empresa não forem suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, para a tomada de decisão.

6 - Conflitos de Interesses

6.1. Caso (i) se trate de Matéria Obrigatória sobre a qual não recaia quaisquer das Exceções listadas no item 5.2, I, II, III e V, ou (ii) matéria não-obrigatória, com relação a qual a Equipe de Gestão decida por exercer o direito de voto; e sobre as quais seja detectado potencial conflito de interesses, a BBM GESTÃO solicitará ao administrador dos Fundos de Investimento a convocação de assembleia geral de cotistas para deliberar acerca do exercício ou não do direito de voto e sobre eventual proposta de voto a ser proferido pelos referidos fundos.

6.1.1. RESSALTA-SE, ENTRETANTO, QUE EM RAZÃO DOS PRAZOS REGULAMENTARES PARA A CONVOCAÇÃO, PODERÁ NÃO SER POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO MENCIONADAS NO ITEM 6.1. ACIMA, EM MOMENTO ANTERIOR À VOTAÇÃO DAS MATÉRIAS NO ÂMBITO DAS EMPRESAS E/OU DOS FUNDOS INVESTIDOS, QUANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PODERÁ SER EXERCIDO PELA BBM GESTÃO INDEPENDENTEMENTE DA REALIZAÇÃO DAS REFERIDAS ASSEMBLÉIAS.

6.2. A Equipe de Gestão poderá solicitar ao Departamento Jurídico da BBM GESTÃO uma análise jurídica acerca da existência ou não do potencial conflito de interesses.

6.3. A área de controles da BBM GESTÃO manterá registro dos pareceres emitidos pela Equipe de Gestão e, eventualmente, pelo Departamento Jurídico, relativos ao potencial conflito de interesses detectado, bem como das deliberações das assembléias gerais de cotistas dos Fundos de Investimento.

7 – Execução do Direito de Voto

7.1. O administrador dos Fundos de Investimento deverá, quando requisitado pela BBM GESTÃO, dar representação legal para o exercício do direito de voto às pessoas indicadas pela BBM GESTÃO.

8 – Comunicação aos Cotistas

8.1. As decisões proferidas nas assembléias das empresas e/ou Fundos Investidos serão comunicadas aos cotistas dos Fundos de Investimento através de correspondência a ser enviada mensalmente aos cotistas, podendo também ser utilizado o extrato de conta para tal fim.